



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003129-20.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Voluntária**
 Requerente: **José Urias Braga**
 Requerido: **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Trata-se de ação em que a parte autora José Urias Braga pede declaração do direito à aposentadoria com paridade remuneratória e integralidade, com fundamento nos arts. 6º e 7º da EC 41/03 c/c arts. 2º e 3º da EC 47/05.

Embora a EC 41/03 tenha revogado os direitos à paridade remuneratória e integralidade na aposentadoria dos servidores públicos, sabe-se que foi estabelecida regra de transição com o seguinte teor, como decidido pelo STF em recurso com repercussão geral reconhecida: "(...) Os servidores que ingressaram no serviço público antes da EC 41/2003, mas que se aposentaram após a referida emenda, possuem direito à paridade remuneratória e à integralidade no cálculo de seus proventos, desde que observadas as regras de transição especificadas nos arts. 2º e 3º da EC 47/2005" (REExt 590.260, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, j. 24/06/2009)

Considerada a literalidade dos dispositivos, a(s) parte(s) autora(s) não preenche(m) os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º da EC 47/05, para que faça(m) jus ao direito

1003129-20.2018.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

instituído pelas regras de transição ali traçadas, fato aliás incontroverso nos presentes autos.

Sem embargo, argumenta(m) que no caso de servidor público que tem direito à aposentadoria especial, isto é, com requisitos e critérios diferenciados na forma do art. 40, § 4º da CF, tais requisitos e critérios diferenciados devem ser levados em conta na aplicação das regras de transição.

A linha de raciocínio deve ser acolhida. O tratamento jurídico diferenciado, nesse caso, tem respaldo na própria CF, consubstanciando em realização prática do princípio da isonomia. Não é possível ignorar tal circunstância ao se interpretar as regras de transição, que não foram pensadas para essa hipótese.

Quanto aos policiais civis, a particularidade está por conta de não se exigir o requisito da idade mínima e exigir menor tempo de contribuição nos termos do art. 1º, II da LC nº 51/85, de constitucionalidade reconhecida pelo STF no REExt 567.110, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, j. 13/10/2010.

Quanto aos agentes de segurança penitenciária e agentes de escolta e vigilância penitenciária, a particularidade é a mesma, mas, no que toca à idade mínima, apenas para os que foram providos no cargo antes da EC 41/03, em conformidade com os § únicos dos arts. 2º e 3º da LCE 1109/10.

O TJSP vem reconhecendo, majoritadamente, que a concessão de aposentadoria com requisitos e critérios diferenciados na forma do art. 40, § 4º da CF não impede a paridade e integralidade garantidas pelas regras de transição da EC 47/05. Evidente que para tanto o requisito não preenchido dessas regras de transição deve dizer respeito exatamente a requisito e critério diferenciado da respectiva aposentadoria.

A pesquisa CADIP nº 4187/2016 - pertinente apenas ao caso dos policiais civis, mas como os fundamentos de índole interpretativa são os mesmos, não há razão para distinguir em relação a outras carreiras, por exemplo agente de segurança penitenciária - mostra ser amplamente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

majoritária a orientação segundo a qual o policial civil que ingressou antes da EC 41/03 tem direito à paridade e integralidade mesmo não atendendo à exigência de idade mínima da regra de transição da EC 47/05 (justamente porque a sua aposentadoria especial dispensa essa idade mínima).

Confira-se inúmeros julgados nesse sentido:

Origem	Tipo	Número	Magistrado	Julgado	Órgão
TJ-SP	Apel	1042169-98.2015.8.26.0053	Aliende Ribeiro	21/06/2016	1ª C
TJ-SP	Apel	1049850-22.2015.8.26.0053	Marcos Pimentel Tamassia	21/06/2016	1ª C
TJ-SP	Apel	1034445-43.2015.8.26.0053	Rubens Rihl	24/05/2016	1ª C
TJ-SP	Apel	1039403-72.2015.8.26.0053	Renato Delbianco	28/04/2016	2ª C
TJ-SP	Apel	1025237-35.2015.8.26.0053	Vicente de Abreu Amadei	08/03/2016	1ª C
TJ-SP	Apel	1046952-36.2015.8.26.0053	Maurício Fiorito	26/07/2016	3ª C
TJ-SP	Apel	1007034-25.2015.8.26.0053	Luciana Bresciani	17/11/2015	2ª C
TJ-SP	Apel	1025186-24.2015.8.26.0053	Danilo Panizza	20/10/2015	1ª C
TJ-SP	Apel	1019699-73.2015.8.26.0053	Vera Angrisani	01/04/2016	2ª C
TJ-SP	Apel	1024364-69.2014.8.26.0053	Carlos Violante	12/09/2015	2ª C
TJ-SP	Apel	0060510-97.2012.8.26.0053	Marrey Uint	07/06/2016	3ª C
TJ-SP	Apel	1037879-74.2014.8.26.0053	Xavier de Aquino	02/06/2015	1ª C
TJ-SP	Apel	1013600-15.2015.8.26.0562	Amorim Cantuária	23/02/2016	3ª C
TJ-SP	Apel	0026279-66.2013.8.26.0196	Camargo Pereira	26/01/2016	3ª C
TJ-SP	Apel	0016032-04.2012.8.26.0053	Luís Francisco Aguilar Cortez	02/12/2014	1ª C
TJ-SP	Apel	3001002-34.2013.8.26.0022	Gavião de Almeida	03/11/2015	3ª C
TJ-SP	Apel	1046005-79.2015.8.26.0053	Paulo Barcellos Gatti	09/05/2016	4ª C
TJ-SP	Apel	1014277-54.2014.8.26.0053	Ana Luiza Liarte	14/03/2016	4ª C

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

TJ-SP	Apel	1026163-75.2014.8.26.0562	Ferreira Rodrigues	19/10/2015	4ª C
TJ-SP	Apel	1050216-61.2015.8.26.0053	Nogueira Diefenthaler	18/07/2016	5ª C
TJ-SP	Apel	1018756-56.2015.8.26.0053	Heloísa Martins Mimessi	29/06/2016	5ª C
TJ-SP	Apel	1007140-50.2016.8.26.0053	Maria Laura Tavares	19/06/2016	5ª C
TJ-SP	Apel	1013197-21.2014.8.26.0032	Marcelo Martins Berthe	21/03/2016	5ª C
TJ-SP	Apel	1006133-57.2015.8.26.0053	Fermino Magnani Filho	02/05/2016	5ª C
TJ-SP	Apel	4005355-22.2013.8.26.0048	Francisco Bianco	08/04/2016	5ª C
TJ-SP	Apel	1004549-18.2016.8.26.0053	Maria Olívia Alves	25/07/2016	6ª C
TJ-SP	Apel	1050417-53.2015.8.26.0053	Reinaldo Miluzzi	25/07/2016	6ª C
TJ-SP	Apel	1013468-30.2015.8.26.0053	Sidney Romano dos Reis	06/06/2016	6ª C
TJ-SP	Ag	1012317-92.2016.8.26.0053	Luis Ganzerla	26/07/2016	11ª C
TJ-SP	Apel	1020452-30.2015.8.26.0053	Jarbas Gomes	05/07/2016	11ª C
TJ-SP	Apel	1014184-57.2015.8.26.0053	Oscild de Lima Júnior	07/06/2016	11ª C
TJ-SP	Apel	1036227-85.2015.8.26.0053	Leonel Costa	15/06/2016	8ª C
TJ-SP	Apel	1002150-50.2015.8.26.0053	Cristina Cotrofe	11/05/2016	8ª C
TJ-SP	Apel	1049034-40.2015.8.26.0053	Aroldo Viotti	19/04/2016	11ª C
TJ-SP	Apel	1022257-18.2015.8.26.0053	Marcelo L. Theodósio	15/03/2016	11ª C
TJ-SP	Apel	1005551-76.2015.8.26.0079	Décio Notarangeli	25/07/2016	9ª C
TJ-SP	Apel	1051733-04.2015.8.26.0053	Isabel Cogan	14/07/2016	12ª C
TJ-SP	Apel	1037192-63.2015.8.26.0053	Rebouças de Carvalho	21/07/2016	9ª C
TJ-SP	Apel	1018632-73.2015.8.26.0053	Osvaldo de Oliveira	06/07/2016	12ª C
TJ-SP	Apel	1037482-15.2014.8.26.0053	J.M. Ribeiro de Paula	15/06/2016	12ª C
TJ-SP	Apel	1036695-49.2015.8.26.0053	José Maria Câmara Júnior	17/06/2016	9ª C
TJ-SP	Apel	0017695-51.2013.8.26.0053	José Luiz Germano	20/05/2016	12ª C


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

TJ-SP	Apel	1019903-20.2015 .8.26.0053	Edson Ferreira	17/03/2016	12ª C
TJ-SP	Apel	1039000-06.2015 .8.26.0053	Carlos Eduardo Pachi	28/03/2016	9ª C
TJ-SP	Apel	1010606-57.2013 .8.26.0053	Venicio Salles	22/10/2014	12ª C
TJ-SP	Apel	1014599-40.2015 .8.26.0053	Moreira de Carvalho	03/02/2016	9ª C
TJ-SP	Apel	1013684-25.2014 .8.26.0053	Souza Meirelles	27/07/2016	13ª C
TJ-SP	Apel	0036510-33.2012 .8.26.0053	Djalma Lofrano Filho	15/06/2016	13ª C
TJ-SP	Apel	1003478-78.2016 .8.26.0053	Paulo Galizia	25/07/2016	10ª C
TJ-SP	Apel	1046583-42.2015 .8.26.0053	Ferraz de Arruda	18/05/2016	13ª C
TJ-SP	Apel	1031255-72.2015 .8.26.0053	Marcelo Semer	06/06/2016	10ª C
TJ-SP	Apel	1040746-06.2015 .8.26.0053	Teresa Ramos Marques	06/06/2016	10ª C
TJ-SP	Apel	0004568-19.2014 .8.26.0568	Antonio Carlos Villen	14/03/2016	10ª C
TJ-SP	Apel	1001236-83.2015 .8.26.0053	Spoladore Dominguez	13/04/2016	13ª C
TJ-SP	Apel	1022153-26.2015 .8.26.0053	Flora M.N.T. Silva	27/01/2016	13ª C
TJ-SP	Apel	0012793-89.2013 .8.26.0053	Ricardo Anafe	02/07/2014	13ª C
TJ-SP	Apel	1019283-08.2015 .8.26.0053	Magalhães Coelho	07/12/2015	7ª C
TJ-SP	Apel	1016984-29.2013 .8.26.0053	Moacir Peres	21/09/2015	7ª C
TJ-SP	Apel	1024785-84.2014 .8.26.0562	Ronaldo Andrade	18/05/2016	8ª C
TJ-SP	Apel	1022613-13.2015 .8.26.0053	Ponte Neto	27/07/2016	8ª C
TJ-SP	AgInst	2095445-55.2016 .8.26.0000	Antonio Celso Faria	04/07/2016	8ª C
TJ-SP	Apel	1026167-15.2014 .8.26.0562	Evaristo dos Santos	21/09/2015	6ª C Extra
TJ-SP	Apel	1048957-65.2014 .8.26.0053	Leme de Campos	18/04/2016	6ª C Extra
TJ-SP	Apel	1052721-59.2014 .8.26.0053	Silvia Meirelles	04/04/2016	6ª C
TJ-SP	Apel	0002889-27.2013 .8.26.0274	Torres de Carvalho	10/08/2015	10ª C
TJ-SP	Apel	1040896-84.2015 .8.26.0053	Coimbra Schmidt	28/03/2016	7ª C



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

TJ-SP	Apel	1040898-54.2015.8.26.0053	Eduardo Gouvêa	11/03/2016	7ª C
TJ-SP	ED	0007827-83.2012.8.26.0053	Antonio Celso Aguilar Cortez	29/02/2016	10ª C
TJ-SP	Apel	1002894-11.2016.8.26.0053	Cláudio Augusto Pedrassi	26/07/2016	2ª C
TJ-SP	Apel	1000348-51.2014.8.26.0053	L.F.C. de Barros Vidal	15/02/2016	4ª C
TJ-SP	Apel	1005063-05.2015.8.26.0053	Luiz Sérgio Fernandes de Souza	11/04/2016	7ª C

Nesse sentido, inclusive para que se mantenha a jurisprudência íntegra e coerente (art. 926, CPC), é de rigor o reconhecimento, em favor da(s) parte(s) autora(s), do direito à integralidade e paridade.

Julgo procedente a ação e, declarando o direito da parte autora de aposentadoria especial com proventos que correspondam à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, considerada a última remuneração percebida na ativa, e com garantia de paridade remuneratória com o pessoal da ativa de cargo e nível equivalente ao em que se deu a aposentadoria, inclusive quando decorrente de transformação ou reclassificação.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado especial, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 07 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**